# PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

# PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

# ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

# O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

**Flávia Biroli** (presidente Abcp)

**Fernando Guarnieri** (secretário executivo)

**Luciana Tatagiba** (secretaria adjunta)

**Diretoria ABCP 2018-2020**

# NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

**Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política**

# Nota introdutória

## MARIA ABREU

Leveza, bom-humor, entusiasmo e inteligência marcaram a conversa com Celina Souza. Por meio da serenidade, presente em todas as suas respostas, ficamos sabendo um pouco mais sobre a vida e as reflexões de uma professora/pesquisadora cujos trabalhos figuram nas mais variadas referências de artigos acadêmicos sobre políticas públicas, governo e federalismo.

Sua reflexão perspicaz – manifesta explicitamente quando responde com franqueza cada questão que lhe é colocada – indica a vivacidade e, ao mesmo tempo, a seriedade com que lida com seu trabalho e a sua própria trajetória de pesquisa.

Este texto é resultado de uma manhã de conversa proveitosa e animadora. Esperamos que sua leitura permita fruição semelhante.

# Auto-apresentação

## CELINA SOUZA

Atualmente, sou professora visitante do programa de pós-graduação em Ciência Política da UniRio e *PhD* em Ciência Política pela *London School of Economics and Political Science* (LSE). Publiquei pelas editoras *Macmillan* (Londres) e *St. Martin's Press* (New York) o livro *Constitutional Engineering in Brazil: The Politics of Federalism and Decentralization*. Sou autora de artigos e capítulos de livros no Brasil e no exterior. Realizo pesquisas sobre governo, políticas públicas, federalismo, descentralização e finanças públicas com instituições nacionais e do exterior, fazendo uma interface com as áreas de Direito, Administração Pública e Federalismo Fiscal. A minha contribuição à nossa disciplina se deu por essas minhas pesquisas que inter-relacionam a influência do federalismo sobre as políticas públicas antes e após a redemocratização, a Constituição de 1988 e suas diversas emendas. Mais recentemente, estou explorando a questão da capacidade burocrática, associando-a, também, ao federalismo e às políticas públicas, mas buscando incursionar na literatura sobre construção de conceito e em formas de mensurá-lo. Sou, também, pesquisadora 1B do CNPq e ganhadora, em 2015, do Prêmio de Excelência Acadêmica da Anpocs. Espero ter transmitido às novas gerações meu orgulho, como mulher e como profissional, por participar dessa nossa comunidade e meu entusiasmo com os rumos tomados pela nossa disciplina no Brasil.

# Entrevista

**Maria Abreu:** Bom dia, Celina. É um prazer entrevistar você. Vamos ao primeiro bloco de perguntas que é sobre a sua trajetória na Ciência Política. Conhecemos bastante do seu curriculum lattes, das suas publicações, mas queríamos saber um pouco mais. Você poderia apresentar sua trajetória profissional, a sua formação e as suas filiações institucionais, como um relato pessoal

**Celina Souza:** Bom dia, Maria. Minha graduação é em Direito, sou formada pela Federal da Bahia [UFBA] e fui muito influenciada nessa escolha pela visão do meu pai e da minha mãe, não foi apenas do meu pai. Queria fazer Sociologia, alguma coisa desse tipo, e eles me induziram – não foi só o meu pai, chamo a atenção – a fazer uma graduação de uma carreira mainstream, que era o Direito. Mas, desde quando estava na metade do curso, sabia que não era o que queria. Eu lembro que minha lógica era sempre assim: como o processo é mais importante que o conteúdo? Isso se deve à força da questão processual no Direito. Sabia que essa não era a minha praia, porém fiz o que uma boa filha nascida em 1948 acha-se na obrigação de fazer em relação aos pais. Depois disso, demorei um pouco e fui trabalhar no governo do Estado e, mais à frente, também achei que a minha formação estava muito incompleta, que precisava de uma formação um tanto mais rígida para entender o funcionamento dos governos. Por conta disso, vim fazer o mestrado em Administração Pública na Ebap [Escola Brasileira de Administração Pública]. Na época, o mestrado da Ebap era em Administração Pública. Vim fazer o mestrado aqui no Rio, que era um dos mestrados mais bem reconhecidos no Brasil, enquanto ainda trabalhava no governo, mas estava de licença. Levou um tempo até eu retornar à universidade e fazer o doutorado, que fiz em 1990. Retornei do mestrado em 1981 também já sabendo que trabalhar em governo não fazia parte dos meus projetos mais favoritos.

**MA:** Você poderia falar um pouco mais sobre essa escolha?

**CS:** Claro. Trabalhei no governo no auge do regime militar e a minha participação sempre foi no papel de assessoramento, sempre com planejamento, orçamento... Sempre nessa área. E chegou um dado momento em que disse: "olha, isso aqui já deu", trabalhar com governo... A despeito de ser um regime militar e todo esse lado que sabemos do regime de insular determinados profissionais nas áreas que são de seu interesse, deixar ao largo o que é área social, por exemplo – mas insular o que seria de seu interesse. Não fui tolhida com nenhum tipo de censura, fui crescendo na carreira, até porque o meu trabalho era algo que não mexia nos brios do regime militar, mas achei que o meu trabalho tinha esgotado e sempre quis ser professora, sempre gostei. Contam as minhas tias, não a minha mãe, mas minhas tias, que, quando brincava de boneca, eu não era a mãe, era a professora das bonecas (risos). E, em 1986, entrei para a universidade como professora. Queria muito ter entrado antes, mas não havia concurso. Só entravam os amigos, os conhecidos...

**MA:** A experiência de governo durou quanto tempo?

**CS:** Me formei em 1971 e comecei a trabalhar no governo em 1973. Foi de 1973 a 1986. Ainda não havia concursos em 1986, é verdade, mas havia umas bolsas do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] – acho que ainda existem – que se chamavam Desenvolvimento Científico Regional e eram para estimular a formação e a qualificação de professores dos quadros acadêmicos das universidades, principalmente do Nordeste. Entrei com

essa bolsa, mas o valor era muito baixo. Por conta disso, fiquei trabalhando no governo em tempo parcial e na universidade em tempo parcial. Em 1989, ocorreu o primeiro concurso na Universidade Federal da Bahia e foi aberto para a Escola de Administração, na qual fiquei até me aposentar em um departamento chamado Finanças e Políticas Públicas, que cabia perfeitamente no que me interessava, no que havia trabalhado. Fiz o concurso e mais mulheres do que homens concorreram.

**MA:** Interessante... E você volta à Bahia?

**CS:** Fiz a graduação lá. Meus pais fizeram migração ao contrário: saíram do Rio e foram para a Bahia. Fui para a Bahia quando tinha uns 7, 8, 9 anos de idade – idade, para mim, é meio confuso (risos). Fiz minha vida pessoal e profissional lá.

**MA:** Agora, então, um esclarecimento: você veio para a Ebap aqui e trabalhou no governo do Rio de Janeiro?

**CS:** Não, não, da Bahia. Vim de licença.

**MA:** Entendi, você veio de licença do governo da Bahia.

**CS:** Do governo da Bahia para fazer o mestrado. A Bahia não tinha bons mestrados, o mestrado de renome que havia na área de Administração Pública era o da Ebap. Terminei o mestrado e voltei à Bahia para trabalhar no governo. Fiz o concurso em 1989 – foi a primeira vez que se abriu concurso –, era uma vaga só.

**MA:** Era o período da abertura democrática.

**CS:** Pois é... Até que enfim começava-se a respirar. Era uma vaga só, foram duas mulheres, talvez três – a essa altura não me recordo mais –, e um homem. Passei neste concurso, me desliguei do governo e comecei a atuar na universidade. Em 1990, fui fazer o doutorado em Londres, na LSE, London School of Economics and Political Science. Em 1994, voltei, terminei o doutorado e continuei na UFBA. Do ponto de vista financeiro, foi uma péssima decisão, mas do ponto de vista acadêmico, talvez tenha sido uma boa decisão. Me aposentei em 2000, 2001 e logo depois fui para São Paulo como professora visitante da USP [Universidade de São Paulo]. Daí por diante, sou uma professora itinerante: já fui professora visitante no Iesp [Instituto de Estudos Sociais e Políticos] também, já fui na Unirio [Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro], agora voltei para a Unirio.

**MA:** Você volta para a Bahia de vez em quando?

**CS:** Volto. Agora em março, o meu contrato na Unirio, que era um contrato temporário de professora visitante, deve acabar. Pode ser renovado, mas não se sabe, nas condições atuais, se ainda haverá recursos para fazer contratos temporários, para a universidade especialmente. Gostaria de ficar, porque, de fato, meu diálogo acadêmico profissional é muito maior aqui do que na UFBA, a despeito de termos tentado muito montar um mestrado em Ciência Política. Fizemos agora, finalmente, a APCN [Aplicativos de Propostas de Cursos Novos] e estamos esperando o resultado, mas lá é difícil. Apesar de ter um departamento de Ciência Política, tem poucos cientistas políticos, os professores não têm muitas publicações... É um departamento nos moldes antigos, em que não se exigia publicação.

**MA:** Seria uma instituição mais de ensino.

**CS:** É. Muito mais de ensino do que de pesquisa, embora tenha ótimos quadros. Mas é uma lógica muito disso, da universidade do passado que não precisava cumprir indicadores da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Talvez consigamos agora.

**MA:** Ainda sobre a Universidade Federal da Bahia, você é vinculada ao CRH [Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades]. Ali você não conseguiu encontrar um ambiente acadêmico que considerasse mais estimulante?

**CS:** Sim, tem um ambiente de pesquisa, com certeza. Tem vários professores no que chamamos de São Lázaro: o conjunto de faculdades das Ciências Sociais. Tem vários professores que ensinam na graduação, que são excelentes professores. E são sedutores, são professores muito sedutores, que conseguem muitos alunos de graduação para iniciação científica. Esses alunos de graduação têm interesse em um mestrado. Sempre se teve isso dentro do CRH, desde que me aposentei, quando estava na Escola de Administração, e fui para lá. É claro que há este ambiente, mas você precisa vincular mestrados a departamentos. O ambiente da Ciência Política no CRH é muito bom, porém nos faltam alguns requisitos para podermos ter um mestrado. Creio que, agora, finalmente, vamos ter um mestrado depois de muitos anos de batalha.

**MA:** Nessa sua trajetória longa, como você descreveria as suas principais áreas de interesse de pesquisa?

**CS:** As clássicas, nas quais comecei, na verdade, e expandi nestes últimos anos. As clássicas são o federalismo, as políticas públicas e os governos subnacionais, mais particularmente os estados. Ultimamente, tenho trabalhado com burocracia, mais particularmente com capacidade burocrática, e nas pesquisas que tenho feito sobre capacidade burocrática, tem uma pegada que, para mim, está sendo muito importante, que é analisar um fenômeno a partir de construção de conceitos. Estou, agora, muito influenciada pelo [Giovanni] Sartori, pelo [David] Collier, pelo [James] Mahoney, pelo Garry Goertz, que ressaltam e têm escrito, já escreveram, alguns continuam escrevendo – Sartori não, que já se foi – sobre a importância de se começar uma investigação construindo conceito. É isso que estou fazendo agora, muito empenhada e muito encantada, mas sempre tendo uma relação com federalismo e com políticas públicas. Meu último trabalho publicado foi a capacidade burocrática do estado-membro na política de Assistência Social. Talvez, essa tenha sido a minha principal contribuição acadêmica: relacionar uma instituição muito poderosa, que é o federalismo – e que, às vezes, nem nos damos conta do quão importante ela é, tomando-a pelo seu valor de face – com a produção, a formulação e a implementação de políticas públicas.

**MA:** Além destes autores que você citou agora mais recentemente, ao longo desta sua trajetória, houve algum pesquisador, algum cientista, algum intelectual – ou alguma – que tenha te inspirado, ainda que você não tenha seguido completamente a trajetória da pessoa, mas que tenha sido uma referência não passageira, não circunstancial?

**CS:** Diria que, nessa literatura de federalismo e políticas públicas, o [William] Riker foi, provavelmente, o autor que mais me influenciou. A despeito de uma coisa interessantíssima que ele diz, que o federalismo não tem nada a ver com política pública, não importa, o federalismo é apenas, diz Riker, aquele momento constitutivo de uma nação, quando as elites políticas decidem adotar um sistema e depois ele tem pouquíssima influência, que a grande importância do federalismo para a sua manutenção é a verticalização de partidos políticos, que contrabalança tanto as possibilidades de escape das unidades subnacionais, como de muito controle da unidade central. Mais recentemente, temos uma mulher, a Jenna Bednar, que também tem trazido bastante contribuições

relativamente, digamos, inovadoras em relação ao federalismo, porque a discussão teórica do federalismo ficou muito congelada nos anos de 1980. Era o [Daniel] Elazar, o Riker, o [Mancur] Olson e alguns outros teóricos norte-americanos. E nos últimos anos, apenas nos 2000, é que se começa a ter um esforço teórico, vamos dizer assim, "descongelando" o que era o debate teórico do federalismo. E a Jenna Bednar é uma teórica do federalismo que me influenciou mais recentemente.

**MA:** Você fala em um tom muito entusiasmado e parece estar muito feliz com suas escolhas profissionais. Você considera que teve o devido apoio financeiro e institucional para seguir nas áreas de pesquisa que lhe interessavam?

**CS:** Nós sabemos que nossas instituições de apoio financeiro são excelentes. Fui bolsista da Capes e sou bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq. Sou uma admiradora das nossas instituições de financiamento. Obviamente, se for compará-las com as fontes de financiamento de pesquisas, por exemplo, no hemisfério norte, verá que essas são muito mais abundantes do que as nossas, ou de uma Fapesp, a Fundação [de Amparo à Pesquisa do Estado] de São Paulo, são muito mais poderosas do que qualquer uma.

**MA:** E o apoio institucional?

**CS:** Considero uma das virtudes da nossa vida acadêmica a liberdade de fazer, pesquisar o que se quer, até de dar a disciplina que se quer quando se está no mestrado e no doutorado. Nunca senti nenhuma restrição institucional ao meu trabalho. Não institucionalmente.

**MA:** Vamos, agora, para o segundo bloco de perguntas, que é sobre a sua relação entre a trajetória acadêmica, profissional com a sua vida privada. Você diria que a sua trajetória foi afetada pela sua vida privada, ou a sua vida privada foi afetada pela sua vida profissional?

**CS:** A minha geração, de classe média – acho que tem muito a ver com classe social –, foi a primeira em que as mulheres tomavam as decisões profissionais que queriam. Claro que, no meu caso, na graduação, não era necessariamente o que eu queria, não queria fazer Direito, mas também aquilo não me violentava. Fui influenciada não só pelo meu pai, mas pela minha mãe também. Fora isso, as limitações da maioria das mulheres em relação a conciliar a vida acadêmica com vida privada, não senti. Algumas decisões, vamos dizer assim, mais tardias em relação à minha carreira, se quisesse me vitimar, diria que foram porque estava casada, mas não foi absolutamente nada disso que aconteceu. Quando vim fazer o mestrado no Rio, era o tempo do tal do "Milagre", já estava casada e a cada 15 dias ia para Salvador. Meu marido jamais viria, não era a lógica dele. Não posso dizer que tive algum tipo de conflito ou que deixei de fazer o que queria profissionalmente por causa da vida privada. Talvez isso tenha sido facilitado, porque não quis ter filhos. Com filhos, talvez a minha avaliação fosse diferente, de não querer que o casamento acabasse como acabou quando fui para Londres – não estava formalmente divorciada, mas já estava separada. Talvez esta minha avaliação seja por isso.

**MA:** Iria pedir que fosse feita uma comparação entre a sua vida privada e a vida profissional que você descreveu com a de seus colegas homens. Você considera que teríamos situações semelhantes ou diferentes? Se houver diferenças, onde estariam? De certa forma, você já respondeu que, com o fato de você não ser mãe, acabou meio que equiparando um pouco a situação. Posso entender assim?

**CS:** De um ponto de vista profissional, dentro da universidade, não na minha vida privada; meu departamento era eminentemente masculino e eu não consegui jogar bem o jogo da política

departamental. Não estou dizendo que é culpa de ninguém, eu não consegui jogar bem este jogo. Algumas decisões que o departamento tomava, por exemplo, horário de aula da graduação, coisas deste tipo, não conseguia negociar bem. Não sei se credito isto ao fato de eu ser mulher e eles serem homens, ou se ao fato de que eu tinha, fora do departamento, muita visibilidade, ou se era uma coisa mais de ter uma postura de "cortar minhas asas".

**MA:** Uma espécie de pedágio.

**CS:** Exatamente, uma espécie de pedágio. Fui a única a fazer o doutorado no exterior, ninguém foi, até porque não era muito comum. Logo depois que voltei, a minha tese foi publicada nos Estados Unidos e na Inglaterra pela Macmillan e St. Martin's Press, quer dizer, isso me deu uma visibilidade muito grande e não sei se isso influenciou.

**MA:** E você acha que se fosse um homem tendo este mesmo desempenho a reação seria a mesma?

**CS:** Pois é, nunca parei para pensar sobre isso.

**MA:** É claro que essa é uma pergunta apenas especulativa.

**CS:** Pois é, nunca parei para pensar sobre isso. Mas sei que tive a liberdade e a coragem, porque foi muita coragem me aposentar com aquela idade – tinha 50 anos quando me aposentei, podia ter dado tudo errado. Além do que, me aposentei muito mal, já que me aposentei com a aposentadoria de adjunto, porque não tinha associado, não tinha titular, não tinha nada.

**MA:** Os salários, na época, eram bem inferiores aos de hoje, não?

**CS:** Não, nesta época que me aposentei não, agora é que começa a cair. Mas você tem sempre essa coisa, essa liberdade de "vou me aposentar e vou para o mundo". Podia ter dado certo, podia ter dado errado. De um lado, deu muito certo, porque, de fato, fiquei muito mais livre para ser professora visitante ou fazer outras coisas; de outro, tive uma perda financeira que hoje é clara.

**MA:** E voltar a trabalhar no governo, você nem pensou?

**CS:** Não... Depois que pegamos o sabor que é, a delícia que é estar na universidade, não queremos estar, eu, pelo menos, não quero estar em nenhum outro lugar.

**MA:** Essa sua resposta, de certa forma, já faz a transição para o terceiro bloco, que são as dificuldades de ser mulher na Ciência Política e as avaliações sobre este campo disciplinar para as mulheres no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia, mais especificamente no campo da Ciência Política, no Brasil, nas últimas décadas? Quais foram suas virtudes e limites? Gostaria de saber uma avaliação sua do campo em geral.

**CS:** Creio que teve muitas virtudes. Foi uma disciplina que, talvez por ter chegado mais tardiamente...

**MA:** Ela é a última Ciência Social a ser institucionalizada.

**CS:** Exatamente. É interessante, porque, por exemplo, a Ciência Política nos Estados Unidos era um pedaço do Direito. Depois, evoluiu e ficou sozinha. Administração Pública era um pedaço da Ciência Política, depois saiu. E, no caso brasileiro, a Administração Pública chegou antes da Ciência Política. Quando fiz o mestrado na Ebap (hoje EbapE), era Administração Pública. Creio que a Ciência Política

no Brasil teve muitos méritos, e continua tendo, pelo fato de ter sido a última a chegar e também por certa influência de muitos de nós que fizemos o doutorado fora – uma influência de ter paradigmas mais rigorosos, ter o que chamo de gatekeepers: gatekeepers das pesquisas sobre relações executivo-legislativo, por exemplo. Acho que nós e a disciplina tivemos a sorte de estarmos no lugar certo e na hora certa.

**MA:** Uma ilação minha: teve uma geração que foi muito perspicaz na captação de talentos, falo de Sonia Draibe, Argelina Figueiredo...

**CS:** A Maria Regina [Soares], a Maria Hermínia [Tavares de Almeida], com certeza, acho que sim, que "puxavam". Eu estava na diretoria da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] quando nós reconstituímos a associação. E era, basicamente, "mulheres que carregavam o piano": a Sonia Draibe era a secretária; a Maria Hermínia, a presidente; e eu estava na diretoria. A Sônia ia para a Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] com um carnezinho cobrar a anuidade de cada um, tamanho era o empenho de todas nós.

**MA:** Imagino o desgaste pessoal.

**CS:** Pois é. Foi também esta reconstituição, o renascimento da ABCP foi basicamente feito por mulheres.

**MA:** Como você situaria a sua trajetória individual, como professora/pesquisadora, neste quadro geral do desenvolvimento da disciplina? Qual sua contribuição?

**CS:** Quando chegamos aos 70 anos, como acabei de chegar, fazemos aquele balanço. Faço um balanço não só muito positivo da minha vida acadêmica, como otimista em relação ao futuro. Acho que, de fato, plantamos raízes muito boas e tem uma marca dessa geração de mulheres, de se ter um compromisso institucional muito forte. Por todos os lugares em que passei – CA [Comitê de Assessoramento] do CNPq, professora visitante aqui no Iesp, na USP e na Unirio, membro do comitê da Capes –, sempre tive muita sorte de poder vestir a camisa e fazer algo para o crescimento da área ou da instituição. É uma marca que muitos de nós temos, muitas das mulheres da minha geração têm, de construção institucional.

**MA:** Falamos da trajetória individual de uma forma mais impessoal. Agora, como você avalia sua condição de mulher na Academia, especificamente, na Ciência Política? Você já falou aqui que, nesse momento, era um ambiente em que havia muitas mulheres "puxando", "carregando piano", não é?

**CS:** Apesar de ser isso mesmo, uma disciplina muito masculina. Os pais fundadores, os três grandes pais fundadores são homens: o Wanderley [Guilherme], o Fábio Wanderley e o Bolívar Lamounier. Os três primeiros que saíram para fazer doutorado fora em Ciência Política são homens. Mas logo depois chegaram as mulheres (risos).

**MA:** Você fez uma avaliação geral. Agora, como mulher, seria uma avaliação diferente?

**CS:** Fico pensando se, como mulher, nós temos que botar muito mais sangue, coração, alma, mente, o diabo do que o homem. Não sei, não é uma clareza...

**MA:** Você diria que esse trabalho da administração fica um pouco a cargo das mulheres?

**CS:** Não sei... Não chamaria de administração, chamaria de construção de instituições. Era muito importante, para nós, termos uma associação como a ABCP. Iria mais nessa linha. Essa nossa geração foi de mulheres muito voltadas para a construção de instituições. E, nesse ponto, talvez – isso não dá para sabermos –, a construção dessas nossas instituições e o seu fortalecimento foram mais feminino do que masculino. Não sei... É porque, também, quando entramos, a Capes já começava a ter maior importância, o CNPq mantinha e aumentava a sua importância...

**MA:** Embora os encontros tenham mais participantes homens.

**CS:** São?

**MA:** As áreas temáticas e tudo mais, as direções... A Maria Hermínia foi uma presidente, depois vieram vários outros presidentes homens, agora a Flávia Biroli é presidente e mulher, recentemente aprovaram-se cotas para os cargos de direção...

**CS:** É, verdade. Pegamos no pesado, carregamos o armário e depois demos para os homens. Isso foi muito importante, primeiro foi a Lourdes Sola e depois foi a Maria Hermínia.

**CS:** É. Depois da Maria Hermínia... de fato, não lembro quem foi.

**MA:** Não teve nenhuma presidente da instituição que fosse mulher.

**CS:** Não, só homem. Pois é, nós pegamos no pesado e... Mas valeu a pena.

**MA:** Como você avalia as demandas relacionadas a gênero nos últimos anos, no mundo do trabalho em geral e inclusive nas nossas instituições, a exemplo das cotas, das denúncias de assédio? Falo das cotas aqui porque, na ABCP, foram aprovadas as cotas justamente porque havia uma predominância de homens nas secretarias executivas, nas diretorias; embora, como você disse... Aliás, talvez não estivesse nem na cabeça das pessoas essa clareza de que a institucionalização da área tivesse sido feita pelas mãos, e também pelas  cabeças, de mulheres.

**CS:** Sou absolutamente favorável a toda e qualquer agenda identitária e a questão de colocar no nosso mundo acadêmico cotas e coisas desse tipo é importante, porque faz parte de um tempo. Mas essas questões são muito mais, têm um recorte de classe social muito forte nelas. As mulheres da minha geração foram educadas por pais e mães para irem à luta, muito diferente do que eles, os nossos pais, foram educados. Fomos educadas para irmos à luta e vamos à luta. Acho estas agendas importantes, agenda de não tolerar assédio sexual, obviamente, isso é importantíssimo, e das cotas também.

**MA:** Você, na entrevista, já mencionou uma questão de classe, além da de gênero. Você acha que, além do corte de gênero, há um recorte de classe na nossa associação: os mais ricos, ou os de famílias mais abastadas, acabam tendo trajetórias mais vantajosas?

**CS:** Não. Os de família mais abastada nem vemos, nem conseguimos ver em nosso mundo quem é de família mais abastada. Creio que haja recortes. Por exemplo, Maria, sei que, até hoje, sou muito mais citada por alunos do que pelos os meus pares. Interpreto isso mais por uma questão regional e não, necessariamente, o tão desgastado eixo Rio-São Paulo, mas, no nosso mundo acadêmico, o eixo USP-Iesp que, com justa razão, são os melhores provavelmente. Sinto que se você não está nem na USP, nem no Iesp...

**MA:** Na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]...

**CS:** Não sei se é porque na UFMG, na minha área, só tem a Telma, que entrou há muito pouco tempo! Na área de federalismo, não tem grandes contribuições; de políticas públicas também não tinha até a Telma chegar. Seria uma coisa importante vocês fazerem uma web of science nesse projeto, quem cita quem, porque sempre senti mais como uma coisa regional. Me lembro, na época que ainda estava no departamento, que dizíamos o seguinte: temos que ser muito melhor do que os outros para ter visibilidade mínima. Não era nem máxima, era mínima visibilidade nacional. No nosso caso, da Ciência Política, por terem mantido essa qualidade, por terem vencido. Claro, a UFMG, com o Fábio Wanderley, é tão antiga quanto o antigo Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro].

**MA:** E esse eixo Rio-São Paulo que você fala, USP-Iesp, a Unicamp não estaria?

**CS:** É, a Unicamp agora renasceu. Ela já foi muito importante com a Sonia, a Argelina, mas, na Ciência Política, levou um tempo, ficou um tempo mais... Mas agora não: renasceu! Acho a Andréia Freitas o máximo e acho que a Unicamp vai deslanchar de novo. Conseguiram muitos concursos, muita gente boa... A Unicamp vai crescer bastante. Estou me referindo a ser citada; acho que fica muito mais nas referências dos professores. E não é eixo Rio-São Paulo, é eixo USP-Iesp. Não foi estratégico meu, mas foi muita sorte a minha tanto a USP, como o Iesp terem me convidado. Foi muito bom.

**MA:** Eles sabem o que fazem (risos).

**CS:** Não, não, nada disso (risos).

**MA:** Mas, na área de Políticas Públicas, você não acha que a EACh [Escola de Artes, Ciências e Humanidades], a UFABC [Universidade Federal do ABC] podem estar... EACh é USP também, mas é USP do leste, a UFABC podem estar despontando como novos centros importantes?

**CS:** Não, acho que ainda são novos para podermos dizer alguma coisa. A UFABC sempre me convida para ser visitante lá. Mas, a essa altura, ou moro em Salvador ou no Rio. Já não dá mais para morar fora dessas duas cidades. Adorei morar em São Paulo, é muito bom, excelente, mas... Você já quer ficar mais aninhada quando chega aos 70. Me sinto aninhada aqui no Rio e aninhada em Salvador. Mas acho que elas têm várias possibilidades.

**MA:** Agora, gostaria que, na medida do possível, você respondesse a pergunta no tom mais pessoal que puder. Você já enfrentou situações difíceis no exercício de sua profissão por ser mulher? Situações difíceis de qualquer gênero, não falo aqui de assédio somente. Você falou da dificuldade nos departamentos... Você pode usar o tempo que quiser.

**CS:** Pois é, é a sua questão dez, não é? Olhei todas as questões e achava que tinha todas as respostas (risos). Não tenho para essa.

**MA:** Você pode parar um tempo para pensar.

**CS:** Não que me lembre, Maria. Acho que não. Na profissão? Acho que não.

**MA:** Você acha que tem dificuldades que você passou que se fossem colegas homens no lugar... É claro, sempre em um tom especulativo.

**CS:** Pois é. Talvez, as maiores dificuldades que tive tenham sido na política departamental. Nunca tive clareza se era porque eu era mulher – e eram muito poucas mulheres, acho que eram oito homens e duas mulheres –, ou se foi aquilo que te falei, que eu estava fora da curva, era um ponto fora da curva.

**MA:** Você tinha muito destaque profissional em relação aos demais.

**CS:** É, eu era um ponto fora da curva. Fui a única a fazer doutorado fora, os homens todos faziam na Bahia. Havia dois ou três de economia que tinham feito fora, mas na Unicamp. Então, nunca soube; para mim, isso nunca foi claro. Pode ter sido como pode não ter sido.

**MA:** Muito baseada na leitura dos seus textos, coloquei aqui como questão que seus temas de pesquisa principais – o federalismo, as políticas públicas e os temas ligados à burocracia – podem ser considerados interdisciplinares entre a Ciência Política e a Administração Pública, e você até contou essa história, que a Administração Pública era uma parte da Ciência Política. Arriscaria a dizer que você foi, inclusive, uma das responsáveis por dar este tratamento interdisciplinar, pelo menos do ponto de vista da Ciência Política. Se essa minha ilação faz sentido, você poderia contar as diferenças e semelhanças na recepção de seu trabalho em cada um destes campos, na Administração Pública e na Ciência Política? É possível fazer esta distinção?

**CS:** É bem possível. A primeira coisa, Maria, é que não estou convencida de que meu trabalho é interdisciplinar, até porque não acredito muito, não estou convencida da interdisciplinaridade. Não sei muito bem o que é isso.

**MA:** Cada uma estaria em seu lugar.

**CS:** É... Estudo o governo, não a Administração Pública. A Administração Pública é como o governo funciona, opera, e não é isso que estudo, elas têm uma distinção. Não é à toa que elas se separaram: a Ciência Política se separou do Direito e a Administração Pública se separou da Ciência Política. Por exemplo, se você pegar qualquer bom programa de mestrado e doutorado nas universidades norte-americanas, que são as que têm essa ênfase em Políticas Públicas e só faz crescer, é uma área de interesse no mundo inteiro, esses programas têm disciplinas de Direito, Ciência Política, Economia, Estatística etc. Ou seja, todas são matérias importantes para o estudo das Políticas Públicas. Na Inglaterra já não é isso. A Inglaterra é interessante, por exemplo, a Ciência Política é um departamento que se chama "governo", porque vem lá de trás, é um departamento de governo, não de Ciência Política. As universidades mais antigas da Inglaterra permanecem chamando a Ciência Política como a ciência sobre governo. Então é isso.

**MA:** Nem é sobre o Estado, é sobre o governo.

**CS:** É, é governo mesmo. Em alguns momentos, acaba-se entrando no Estado, porque pega as instituições do Estado: poder judiciário, a burocracia... todas essas são instituições do Estado. Mas é governo no sentido de processos relacionados com o sistema político e com as instituições. Acho que a contribuição que tenho dado à área é exatamente essa: tratar as políticas públicas, em alguns momentos, como variável dependente, outros momentos como variável independente do federalismo. Quer dizer, o tratamento do federalismo como instituição e como o federalismo influencia as políticas públicas. Em algumas federações isso não é tão importante, mas na federação brasileira é muito importante do ponto de vista das políticas públicas: quem faz o que, quem decide; quer dizer, que esfera de governo faz o que, que esfera de governo decide, que esfera de governo financia? É isso que tenho trabalhado e acho que essa foi a minha principal contribuição a esse

assunto ao tentar juntar esses dois temas – um, o federalismo, que é uma instituição, o outra, a política pública, não é. Ou seja, ver a influência de um sobre o outro.

**MA:** Mas, de qualquer forma, há um campo de Administração Pública no Brasil e sua obra é muito recebida ali, é muito citada. Você acompanha esta recepção?

**CS:** É, vejo que sim. Acontece a mesma coisa no Direito, por exemplo. Antes de ontem, estive em um grande Seminário Internacional de Direito da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Tenho dúvidas sobre a interdisciplinaridade, porque pesquisas em Direito, Ciência Política, Administração Pública e Economia estão na subárea de Federalismo Fiscal, possuem temas comuns, mas os paradigmas, teorias etc. são diferentes. Aliás, nos últimos anos, foi com o pessoal aqui na FGV-Rio [Fundação Getúlio Vargas] que tive mais diálogo, com os economistas do Federalismo Fiscal. Porque isso é uma das coisas importantes do federalismo, é como os recursos tributários são divididos.

**MA:** E com a área de economia institucional, imagino.

**CS:** Não, meu diálogo tem sido com o pessoal do Direito, da Administração Pública e do Federalismo Fiscal, que são os economistas. E isso, não acho que caracterize uma interdisciplinaridade.

**MA:** É mais a recepção deles como um aporte que tinha relevância para os estudos.

**CS:** É muito mais. O pessoal do Direito me surpreende muito, porque é muito receptivo aos paradigmas da Ciência Política. O Direito é normativo, doutrinário, no entanto são muito receptivos à lógica da Ciência Política.

**MA:** É que você fala muito em linguagem de instituições e, para nós, é linguagem do Direito.

**CS:** É.

**MA:** Muito interessante você desmontar esta questão da interdisciplinaridade.

**CS:** É, não estou convencida de que isso exista. Ia dizer isso, as grandes pós-graduações, seja mestrado ou doutorado, nas universidades americanas de Políticas Públicas são em departamentos de Ciência Política, mas possuem disciplinas de Economia, Direito, Estatística... Agora têm Psicologia Social, que ficou uma coisa importante nas Políticas Públicas, de Administração Pública e de Ciência Política. Mas isto não caracteriza como interdisciplinar, tem-se conhecimentos da Economia que são importantes para as Políticas Públicas, conhecimentos do Direito que são importantes para as Políticas Públicas; mas não, necessariamente, uma interdisciplinaridade.

**MA:** Também nos seus temas de pesquisa, pode-se dizer que há várias mulheres que desenvolveram, ou vêm desenvolvendo, pesquisas relevantes: a Maria Hermínia Tavares de Almeida, que já citamos aqui; a Marta Arretche, que realizou um trabalho relevantíssimo na área de federalismo; a Telma Menicucci, que vem desenvolvendo trabalhos sobre Políticas Públicas e vem deixando sucessores como a Renata Bichir, a Sandra Gomes...

**CS:** A Renata foi orientanda da Argelina. É que, na verdade – e isso está relatado no balanço da Ciência Política que a ABCP publicou, que foram o Eduardo Marques, a Marta Arretche e eu –, sempre tivemos essa linha tanto na ABCP, como na Anpocs de ter a sucessão, mas a sucessão de quem pensa Políticas Públicas mais ou menos igual e não como um campo aberto que cabe tudo. E, assim, foi se construindo essas novas lideranças: a Renata, a Sandra Gomes, a Soraia Cortes, assim

como parte dos gatekeepers das Políticas Públicas. Será que esqueci alguém? O Gilberto Hochman, a Gabriela Lotta... Foram os que dirigiram, coordenaram os GTs [Grupos de Trabalho] tanto da Anpocs, como da ABCP mais recentemente.

**MA:** Atualmente, ambos os temas, principalmente a área de Políticas Públicas, contam com diversas jovens pesquisadoras com trabalhos de visibilidade. Estaríamos diante de uma área temática em que a presença das mulheres é mais recorrente, na Ciência Política, se compararmos, por exemplo, com a Teoria Política, com os estudos comportamentais, os estudos sobre Executivo, Legislativo que têm a Argelina quase como uma exceção, estudos partidários tem uma ou outra figura feminina? Se for esse o caso, é possível vislumbrar hipóteses para explicar essa recorrência, que não acontece em outros estudos? Você concorda que essa é uma área em que há maior presença de mulheres?

**CS:** Sim, totalmente! Embora os gatekeepers das Políticas Públicas tenham, pelo menos, três homens: Carlos Aurélio Pimenta, que é da PUC-Minas [Pontifícia Universidade Católica], o Gilberto Hochman e o Eduardo Marques. Fora isso, quem ficou de gatekeepers foram as mulheres mesmo, realmente.

**MA:** O Eduardo Marques orientou mulheres, não é?

**CS:** Pois é, a Gabriela?

**MA:** A Gabriela, a Renata... no mestrado, na iniciação científica.

**CS:** Você tem total razão, os outros são muito mais masculinos, porque a nossa ciência é muito mais masculina do que feminina, de fato. Quer dizer, de fato não, que não tenho informação suficiente, mas me parece que sim. E, no entanto, nas Políticas Públicas, há mais mulheres do que homens. Não sei a razão, não sei, realmente... Foi tudo em função de temáticas. A Renata fez a tese dela aqui com a Argelina sobre Bolsa Família, a Sandra Gomes fez a tese dela com a Marta Arretche sobre a política de educação, a Telma fez com o Renato Boschi sobre a política de saúde, a Gabriela sobre a burocracia de nível de rua... A Vanessa, que é outra também dessa geração, fez sobre a política de saúde com a Maria Hermínia. Vamos mais para trás: por que essas mulheres, que já estão nessa segunda geração, escolheram estes temas?

**MA:** É, na verdade, é a questão das Políticas Sociais, que também atraem mais as mulheres tradicionalmente.

**CS:** Você poderia esperar na Sociologia, na Educação...

**MA:** Na educação se vê uma grande presença feminina.

**CS:** Na Assistência Social, que também é muito feminina... Mas não sei explicar, só sei dizer que tem uma trajetória que traçamos lá atrás, de quem era da área de Políticas Públicas, que iria ter este revezamento, esta rotatividade nas coordenações dos GTs e que todas elas, ou eles – eles também, o Gilberto Hochman foi daqui do ex-Iuperj, orientando da Elisa Reis e fez uma tese excelente sobre a Previdência –, todos, com trajetória na área de Políticas Públicas, ou na área de Política Social. Agora, por que mais mulheres não sei te dizer.

**MA:** Agora, vou te pedir para deixar um último recado para as mulheres que estão hoje na área de Ciência Política, para a própria área que você trabalha. O que você pensa sobre a renovação, o que

você pode dizer como estímulo para as mulheres mais jovens que se aventuram nessa área, às vezes um pouco árida, dependendo do tema em que a pessoa for se aventurar?

**CS:** A profissão de professor, professora e pesquisadora é uma das profissões mais sedutoras que existe. Se você, de fato, for mordida pela mosca azul do conhecimento, da pesquisa, de lidar com os jovens na graduação, não tem profissão mais sedutora. Além de tudo, é uma profissão de muita liberdade. Você estuda o que quer, contanto que tenha abrigo na sua disciplina; você escolhe seus temas; muitas vezes pode escolher as disciplinas que você dá... Acho que tem tudo a ver com a mulher, com o lado libertário e de liberdade das mulheres. Não diria que tive qualquer tipo de penalização na carreira, pelo menos não grande penalização, pelo fato de sermos mulheres em um mundo acadêmico da Ciência Política mais masculino. Pelo menos eu, particularmente, não senti isso. Agora, foi também uma geração – a minha geração, esta que vocês estão entrevistando – muito privilegiada em um sentido de que pais e mães, ambos, educaram essas filhas para o mundo, se elas quisessem. E muitas quiseram. Como, hoje, a agenda identitária e as pautas mais libertárias podem estar, pelo menos, em questionamento na maior parte do mundo, traz para nós, mulheres, para a nova geração, um desafio grande de continuar. Um desafio e uma responsabilidade de continuar avançando no que a minha geração abriu.

**MA:** E para as novas...

**CS:** As novas gerações! Creio ser este o desafio de vocês. O desafio das novas gerações talvez seja até maior que o da minha no sentido de que, hoje, nessas agendas de liberdade, de não componente religioso nas suas escolhas tenham voltado agendas que foram impostas...

**MA:** Com restrições que não estavam presentes no momento em que vocês...

**CS:** Espero que não! Creio termos todas as condições de resistir a tudo isso; mas, de qualquer forma, é algo que hoje volta a se discutir quando sequer era questionado desde a geração dos meus pais!

**MA:** Considerava-se superado.

**CS:** É. Vamos ver, tem muita coisa pela frente.

**MA:** E como que você se vê agora, septuagenária? Quais os desafios que você se coloca diante desta nova realidade? Você é uma pessoa que abraçou desafios, que...

**CS:** E que participei do Movimento Estudantil de 1968!

**MA:** Exatamente! E como você se coloca diante da conjuntura atual? Como você vê o seu papel na conjuntura atual tanto da área, quanto do contexto político mesmo?

**CS:** A situação política?

**MA:** É, exatamente.

**CS:** Estou disposta a continuar lutando, na medida do que posso. Não posso mais ir para rua, correr de cavalo e de policial como fiz em 1968, não dá mais (risos). Até porque não tenho mais pernas para correr. Não que não gostaria, mas acho que é preciso continuar nessa luta e esperar que não seja, quer dizer, que o efeito agora, particularmente no caso do Brasil, deste novo tempo sobre as universidades, não seja tão escuro como está parecendo ser nesse momento. Porque é o nosso

abrigo, é aqui que nos situamos na relação com os alunos, com nossos pares, é aqui que temos diálogo...

**MA:** É o ar que respiramos, quase.

**CS:** É o ar que respiramos, exatamente, muito melhor do que todas estas palavras que falei. Espero que a construção destas universidades públicas, que cresceram tanto, que foram tão importantes para tanta gente, seja mantida.

**MA:** Bom, Celina, espero que o ânimo que você passou aqui na nossa entrevista perdure pelos próximos dias. Foi ótimo conversar com você! Muito obrigada, adorei a nossa conversa.

**CS:** Eu que agradeço. É um enorme prazer fazer parte deste projeto, ter sido convidada, ser entrevistada por você. Talvez, além da questão de gênero, ainda esteja faltando um pedaço da história da Ciência Política, da sua vinda para o Brasil, e nós, mulheres, contribuímos para melhorar isso. Acho este projeto de vocês, na ABCP, muito legal por estas razões. Obrigada.